

## ALTERAÇÃO AO CONTRATO CONSTITUTIVO DO FUNDO DE PENSÕES IMPRESA PUBLISHING E ASSOCIADAS

Contraentes:

**1ª: IMPRESA PUBLISHING, S.A.**, com sede em Paço de Arcos, na Rua Calvet de Magalhães, n.º 242, pessoa coletiva n.º 501.984.046, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de EUR 100.000,00, adiante designada também apenas por IMPRESA PUBLISHING;

**2ª: IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Ribeiro Sanches, n.º 65, pessoa coletiva n.º 502.437.464, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob mesmo número, com o capital social de EUR 84.000.000, adiante designada também apenas por IMPRESA;

**3ª: CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**, com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63, pessoa coletiva n.º 502.777.460, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de EUR 3.000.000.

Considerando que:

1. No passado dia 9 de setembro de 2015, foi publicada a Lei 147/2015, que procedeu à alteração do Decreto-Lei 12/2006, de 20 de janeiro;
2. Decorrente do acima exposto, surge a necessidade de alterar a redação do Contrato de Constitutivo do Fundo.

É acordado pelos contraentes proceder à alteração, com efeitos a partir da presente data, do **Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões IMPRESA PUBLISHING e Associadas** (anteriormente Fundo de Pensões SOJORNAL e Associadas), que passa a reger-se pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, a cujo integral cumprimento reciprocamente se obrigam:

### **Artigo 1º**

#### **Fundo, associados e entidade gestora**

- a) O Fundo de Pensões IMPRESA PUBLISHING e Associadas (anteriormente designado por Fundo de Pensões SOJORNAL e Associadas), adiante designado apenas por Fundo, foi constituído por tempo indeterminado, com início no dia 31 de dezembro de 1987, posteriormente alterado em 1 de janeiro de 1997 (publicado no Diário da República, III Série, n.º 84 de 10 de abril de 1997), em 30 de setembro de 1999 (publicado no Diário da República, III Série, n.º 295 de 21 de dezembro de 1999), em 5 de fevereiro de 2003 (publicado no Diário da República, III Série, n.º 56 de 7 de março de 2003), em 01 de janeiro de 2004 (publicado no Diário da República, III Série, n.º 48 de 26 de fevereiro de 2004), em 15 de junho de 2007, em 1 de agosto de 2012, em 22 de setembro de 2014 e em 13 de março de 2015.
- b) Os associados do Fundo são a IMPRESA PUBLISHING e a IMPRESA, adiante designadas conjuntamente por associados.
- c) A entidade gestora do Fundo é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., adiante designada por Entidade Gestora.
- d) A data aniversária do Fundo é o dia 31 de dezembro.

**Artigo 2º**  
**Participantes e beneficiários**

1. São participantes do Fundo os administradores e os trabalhadores que satisfaçam as condições estabelecidas no plano de pensões de cada associado.
2. São beneficiários do Fundo os atuais reformados e os participantes quando adquirem direito às pensões estabelecidas no plano de pensões de cada associado.

**Artigo 3º**  
**Património do Fundo**

Constituem património do Fundo:

- a) A contribuição inicial de PTE 5.000.000,00 (cinco milhões de escudos), o equivalente a EUR 24.939,89 (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos);
- b) As contribuições anuais realizadas pelos associados;
- c) Os rendimentos das aplicações do património do Fundo;
- d) O produto da alienação e reembolso de valores que o constituem;
- e) Outras receitas de qualquer natureza ou proveniência que, nos termos legais e contratuais, possam ou devam ficar adstritas ao património do Fundo.

**Artigo 4º**  
**Objetivo**

Constitui objetivo do Fundo financiar e garantir os benefícios previstos nos planos de pensões dos associados, descritos no Anexo I ao presente contrato.


## **Artigo 5º**

### **Forma de Pagamento de Benefícios**

Os benefícios decorrentes dos Planos identificados no anexo ao presente contrato são pagos diretamente pelo Fundo.

## **Artigo 6º**

### **Administração do Fundo**

A administração do Fundo rege-se-á pelo contrato de gestão celebrado de acordo com a lei em vigor, entre os associados e a Entidade Gestora e pelas orientações e normas regulamentares dimanadas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e, bem assim, subsidiariamente, pelas normas aplicáveis à atividade seguradora.

## **Artigo 7º**

### **Comissão de Acompanhamento**

1 - O cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do Fundo de Pensões são verificados por uma Comissão de Acompanhamento (CAPP) constituída nos termos da legislação em vigor e dos Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento que constitui o Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

2 - Com exceção da CAPP que já se encontra constituída, a obrigatoriedade da sua constituição subsequente, inicia-se após a celebração do presente contrato, quando o Plano de Pensões conte com mais de cem membros (participantes e/ou beneficiários), devendo, então, a Entidade Gestora dar cumprimento à obrigação de informar os Participantes e Beneficiários prevista no Artigo 8.º do Anexo II referido no número anterior.

3 - O mandato da CAPP que estiver em vigor não se interrompe pelo facto de após a data da eleição/designação dos seus membros, o Plano de Pensões ter passado a abranger menos de cem membros. Nesse caso, contudo, terminado o mandato dos membros da CAPP em curso, a CAPP extingue-se, não se procedendo a

eleição/designação de novos membros para aquela comissão, até que aquele requisito legal seja novamente preenchido. Quando o plano a que a CAPP se refere voltar a abranger pelo menos cem membros aplica-se de novo o regime previsto nos números anteriores.

#### **Artigo 8º**

##### **Representação dos associados**

Os associados do Fundo serão representados pelo órgão de gestão competente do associado IMPRESA PUBLISHING ou por quem ele indicar, no uso de poderes delegados.

#### **Artigo 9º**

##### **Duração**

1. O contrato de gestão do Fundo, celebrado com a Entidade Gestora, vigora por prazos anuais, prorrogáveis sucessivamente, se não for denunciado por qualquer das partes, com pelo menos 90 dias de antecedência relativamente ao termo do prazo em curso, observado o preceituado na legislação em vigor.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se 31 de dezembro como a data aniversária.

#### **Artigo 10º**

##### **Denúncia do contrato**

Uma vez denunciado o contrato de gestão, os associados transferirão a gestão do Fundo para outra entidade gestora e, se assim o entenderem, o depósito dos seus valores para outra instituição depositária após alteração do Contrato Constitutivo com correspondente autorização da ASF.

## **Artigo 11º**

### **Efeitos da Denúncia**

A denúncia do contrato sem observância do aviso prévio concede à Entidade Gestora o direito de receber dos associados ou impõe àquela a obrigação de restituir a estas, a título de cláusula penal, valor igual ao da remuneração de gestão dos últimos 12 meses de vigência do contrato, conforme o incumprimento seja imputável respetivamente aos associados ou à Entidade Gestora.

## **Artigo 12º**

### **Cessação do vínculo laboral e transferência de participantes**

1. A cessação do vínculo laboral entre um participante e o associado respetivo, por livre iniciativa daquele ou por circunstâncias que não seja a passagem à situação de reforma exclui a expectativa da atribuição das prestações pecuniárias previstas pelos planos em anexo.
  
2. Em caso de transferência de um participante de um associado para outro, por via de cessão de posição contratual, e por acordo entre estes, haverá lugar à reafetação de valores entre quotas-partes de património do Fundo de tais associados, mediante a transferência da quota-parte financiada do valor atual da responsabilidade por serviços passados determinado pelo método *projected unit credit* referente ao participante em causa, utilizando os métodos de cálculo e pressupostos da última avaliação atuarial reportada à ASF, considerando o cenário de financiamento. O nível de financiamento é determinado pelo quociente entre, por um lado, o valor do património da quota-parte do Fundo afeta a cada Associado deduzido do valor atual das pensões em pagamento e do valor das responsabilidades com reformas adiadas dessa quota-parte e, por outro lado, a responsabilidade por serviços passados determinada pelo método *projected unit credit* referente a todos os participantes do Associado. No entanto, se o nível de financiamento for superior ou inferior a 100% toma-se esta mesma percentagem para os efeitos indicados.

Assim, no caso de um participante ser transferido de um Associado cujo plano tenha um nível de financiamento inferior a 100%, então esse Associado terá que efetuar uma contribuição extraordinária no valor do déficit existente.

3. Sem prejuízo do número anterior, mediante acordo entre Associados, pode haver lugar a transferência de valores entre quotas-partes, desde que não fique prejudicado à data o integral financiamento de responsabilidades já assumidas, seja o valor atual das responsabilidades por serviços passados determinado pelo método *projected unit credit* *projected unit credit*, seja o valor atual das pensões em pagamento.

### **Artigo 13º**

#### **Extinção ou alienação de associados**

1. Em caso de extinção ou alienação de um dos associados, a respetiva quota-parte do Fundo será extinta e liquidada nos termos do artigo 18º, salvo se as responsabilidades forem transferidas, juntamente com um valor de ativos correspondente, para outro fundo de pensões, do qual o associado alienado ou a sociedade que lhe dê continuidade sejam associados. Em qualquer caso, quando se verifique um eventual saldo líquido positivo remanescente na quota-parte do fundo extinta, o montante disponível poderá ser distribuído pelos restantes associados na proporção das respetivas quotas-partes.

2. Caso a extinção resulte da não existência de responsabilidades de um associado, e caso existam montantes financiados na respetiva quota-parte, o montante disponível será distribuído pelos restantes associados na proporção das respetivas quotas-partes.

### **Artigo 14º**

#### **Responsabilidade Solidária**

O associado IMPRESA PUBLISHING assume perante a Entidade Gestora responsabilidade solidária com cada um dos demais associados, pelo cumprimento da totalidade das obrigações por cada um dos mesmos assumidas, nomeadamente do financiamento do plano, expressas no plano de pensões em anexo ao presente contrato.

**Artigo 15º**  
**Empréstimos**

Não podem ser concedidos, no âmbito e ao abrigo do presente Fundo, empréstimos aos participantes.

**Artigo 16º**  
**Alterações ao Contrato**

Quaisquer alterações às cláusulas do presente contrato, para além do acordo das partes, dependem de aprovação prévia da ASF.

**Artigo 17º**  
**Causas de Extinção do Fundo**

O Fundo extingue-se nos termos da lei e, designadamente:

- a) Pela realização do seu objeto ou por este se tornar impossível;
- b) Por acordo entre os associados, os participantes e os beneficiários do Fundo se, atentos os condicionalismos de ordem jurídica, social e económica, tal for contratual e legalmente possível;
- c) Na falta de aporte de meios financeiros que determine a impossibilidade do Fundo garantir o cumprimento das respetivas obrigações.

**Artigo 18º**  
**Liquidação do Fundo**

A extinção do Fundo operar-se-á por contrato escrito, mediante prévia aprovação da ASF, seguido de liquidação do seu património, pela Entidade Gestora, e, após o pagamento de todas as despesas devidas, os direitos dos participantes e beneficiários



deverão ser assegurados, até ao limite da capacidade financeira do Fundo, da forma e pela ordem de preferência seguinte:

- a) Assegurar a continuidade do pagamento de pensões em curso através da aquisição de rendas vitalícias junto de uma seguradora, para todos os beneficiários;
- b) Assegurar o pagamento das pensões de reforma a atribuir a eventuais participantes que, à data de liquidação do Fundo, tenham atingido idade superior ou igual à idade normal de reforma através da aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias imediatas;
- c) Assegurar o montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais já se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas no plano de pensões;
- d) Assegurar o montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais não se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas no plano de pensões;
- e) Em caso de insuficiência financeira, o património do Fundo responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das alíneas anteriores com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário;

As pensões pagas ao abrigo das alíneas anteriores serão atualizadas, desde que esta atualização esteja contratualmente estipulada nos Planos constantes do Anexo I.

Após garantidos os direitos referidos nas alíneas anteriores, caso se verifique a existência de um remanescente este será utilizado nos termos que for decidido conjuntamente pela Entidade Gestora e o(s) associado(s), mediante prévia autorização da ASF.

Handwritten signatures and initials in the top right corner. There are three distinct marks: a signature at the top, the initials 'ry' in the middle, and another signature at the bottom.

**Artigo 19º**  
**Arbitragem**

Todas as questões entre as partes titulares das relações jurídicas emergentes do presente contrato, quer de natureza contenciosa em sentido estrito, quer de qualquer outra natureza, decorrentes da interpretação, integração e/ou execução das respectivas disposições, incluindo sua atualização ou revisão, serão dirimidas por recurso a arbitragem.

**Artigo 20º**  
**Tribunal arbitral**

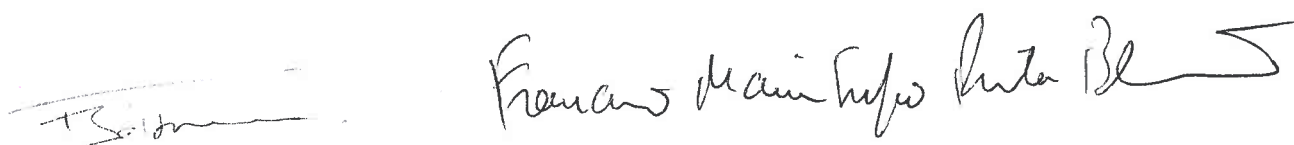
1. O tribunal arbitral será constituído por três árbitros, dois nomeados um por cada uma das partes, os quais, por sua vez, por acordo, designarão um terceiro que presidirá. Na falta de acordo o terceiro árbitro será escolhido pelo presidente do Tribunal da Relação de Lisboa.
2. O número de árbitros poderá ser elevado para tantos quantas as partes em litígio, além do presidente.
3. As regras do processo arbitral e o lugar de funcionamento do tribunal serão fixados pelos árbitros.
4. São aplicáveis à presente convenção de arbitragem as normas da arbitragem em vigor, ao tempo em que o tribunal arbitral for constituído.

Executado em duas vias, sendo uma destinada aos associados e outra destinada à Entidade Gestora, e assinado pelas partes.

Lisboa, 8 de setembro de 2016



**IMPRESA PUBLISHING, S.A.**



**IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**



**CGD PENSOES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

## **ANEXO I**

### **1. Plano de pensões da IMPRESA PUBLISHING (ex-SOJORNAL)**

#### **1.1. Esquema dos jornalistas e administradores:**

Abrange o pessoal jornalista e administradores remunerados e admitidos até 5 de julho de 1993, conforme deliberação do conselho de administração da Ex-SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A., tomada em 13 de dezembro de 1993:

##### **Subsídio complementar de reforma**

Os jornalistas e administradores com 10 ou mais anos de serviço prestado às várias empresas do grupo IMPRESA têm direito a um subsídio complementar de reforma, sem compromisso de atualização futura, cujo montante é calculado da seguinte forma:

- a) Jornalistas com 10 anos de antiguidade receberão um subsídio equivalente a metade da diferença entre a pensão paga pela Segurança Social e o salário pensionável;
- b) Por cada ano de antiguidade que acresça aos 10, o subsídio complementar irá sendo acrescido de 1% do salário pensionável até que a pensão somada ao subsídio complementar perfaça 90% do salário pensionável.

Neste plano considera-se para efeitos da elegibilidade e para cálculo da antiguidade o tempo de serviço prestado às várias empresas do grupo.

Entende-se como idade normal de reforma a idade legalmente definida no regime geral da Segurança Social como idade normal de acesso à pensão de reforma por velhice.

A reforma por velhice aplica-se a todos os trabalhadores que completem a idade normal de reforma e que auferam uma pensão de reforma por velhice paga pela Segurança Social.

Qualquer participante pode continuar ao serviço do associado, de comum acordo com este, após a data de reforma por velhice. Neste caso, o valor da pensão de reforma será calculado de acordo com o esquema acima definido, tendo por base o salário pensionável e o tempo de serviço pensionável à data em que o participante atingiu a idade normal de reforma.

Este plano de pensões, para além da situação de reforma por velhice, funciona também na situação de reforma por invalidez reconhecida e concedida ao participante pela segurança social.

Para o cálculo das pensões complementares utiliza-se a fórmula de cálculo das pensões da segurança social que vigorava em 5 de julho de 1993, conforme deliberação do conselho de administração da Ex-SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A., tomada em 18 de janeiro de 1995.

### **1.2. Esquema do pessoal não jornalista:**

Abrange o pessoal não jornalista admitido até 5 de julho de 1993, conforme deliberação do conselho de administração da Ex-SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A., tomada em 13 de dezembro de 1993.

As pensões de reforma são calculadas conforme deliberação do conselho de administração da Ex-SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A., em que ficou estabelecido que o plano de pensões para o pessoal do quadro permanente, abrangido pelo Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, Departamento de Indústria, será igual a 10% sobre salário pensionável, independente do regime de segurança social, sem compromisso de atualização futura e considerando a idade normal de reforma por velhice.

Entende-se como idade normal de reforma a idade legalmente definida no regime geral da Segurança Social como idade normal de acesso à pensão de reforma por velhice.

A reforma por velhice aplica-se a todos os trabalhadores que completem a idade normal de reforma e que auferiram uma pensão de reforma por velhice paga pela Segurança Social.

Qualquer participante pode continuar ao serviço do associado, de comum acordo com este, após a data de reforma por velhice. Neste caso, o valor da pensão de reforma será calculado de acordo com o esquema acima definido, tendo por base o salário pensionável à data em que o participante atingiu a idade normal de reforma.

Este plano de pensões, para além da situação de reforma por velhice, funciona também na situação de reforma por invalidez reconhecida e concedida ao participante pela segurança social.

## **2. Plano de pensões da IMPRESA**

### **2.1. Esquema do pessoal não jornalista:**

Abrange o pessoal não jornalista admitido até 5 de julho de 1993, conforme deliberação do conselho de administração da Ex-SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A., tomada em 13 de dezembro de 1993.

Subsídio complementar de reforma por velhice ou por invalidez, nas mesmas condições do esquema do pessoal não jornalista da IMPRESA PUBLISHING – (ex-SOJORNAL), definido em 1.2..

### **2.2. Esquema dos administradores:**

Abrange os administradores remunerados e admitidos nestas funções até 5 de julho de 1993.

Subsídio complementar de reforma por velhice ou por invalidez nas mesmas condições do esquema dos administradores da IMPRESA PUBLISHING – (ex-SOJORNAL), definido em 1.1..

### **3. Pagamento e atualização de pensões**

As pensões a pagar ao abrigo dos planos de pensões acima descritos, serão pagas 14 vezes por ano, sendo a 13ª prestação efetuada no mês de julho e a 14ª no mês de novembro.

Por decisão dos associados, as pensões em pagamento poderão ser aumentadas. Os associados assumem o pagamento de qualquer contribuição extra, considerada atuarialmente necessária para fazer face à referida atualização de pensões.

### **4. Montante do salário pensionável**

Por decisão dos associados e para efeitos da aplicação dos planos de pensões acima referidos, o montante do salário pensionável a considerar é o valor de todas as remunerações (salário base, diuturnidades e subsídios) definidas para o ano de 2002.

No caso «esquema do pessoal não Jornalista» o salário pensionável é igual à remuneração base definida para o ano de 2002.

## **ANEXO II**

### **Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (CAPP)**

#### **Artigo 1º – Definição**

A Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (adiante designada por CAPP) é o órgão através do qual o Associado, os Participantes e Beneficiários acompanham conjuntamente o cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do respetivo Fundo de Pensões.

#### **Artigo 2º – Composição e Mandato**

1. A CAPP é composta por três membros efetivos e um suplente, dos quais dois membros efetivos serão designados pelo Associado e um efetivo e respetivo suplente serão representantes dos Participantes e Beneficiários, eleitos pelo universo global dos Participantes e Beneficiários do Fundo nos termos da lei e dos presentes estatutos
2. Caso o representante dos Participantes e Beneficiários, renuncie ao seu cargo ou, por qualquer outra razão deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído pelo seu suplente.
3. O suplente apenas substitui o membro efetivo nos impedimentos definitivos deste.
4. Na situação prevista no número anterior, caso não haja suplente, a designação do representante faz-se nos termos previstos nos números 3. a 15. do Artigo 3º.
5. Quando, na sequência dos processos previstos nos números 3 a 15. do Artigo 3º, não sejam designados os representantes dos Participantes e Beneficiários, a CAPP funcionará com os representantes do Associado.
6. Caso qualquer dos representantes do Associado renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, o Associado deverá prontamente indicar um novo representante. O Associado pode substituir livremente e em qualquer momento os membros por si designados.



7. O mandato dos membros da CAPP terá a duração de 3 anos. Os membros podem ser redesignados ou reeleitos, não existindo qualquer limitação quanto ao número de mandatos. A substituição intercalar de qualquer membro é efetuada pelo tempo que faltar até ao termo do mandato que estiver em curso.

8. Os membros da CAPP manter-se-ão em funções até à designação ou eleição de novos membros, mas por período não superior a 6 (seis) meses após o termo do respetivo mandato.

9. Os membros da CAPP não podem exercer funções, seja de que tipo for, ou ter interesse, direto ou indireto, em qualquer entidade externa ao Associado que, a qualquer título, venha a intervir na gestão ou fiscalização do Fundo de Pensões, podendo ser destituídos pelo Associado com fundamento na referida incompatibilidade.

### **Artigo 3º – Nomeação dos Membros da CAPP**

1. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a nomeação dos seus representantes na CAPP.

2. Os representantes do Associado devem ser designados no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação que para o efeito lhes for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

3. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a eleição atempada dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP para cada mandato:

(a) Prestando toda a informação relevante acerca do Plano de Pensões, do Fundo de Pensões e da CAPP aos Participantes e Beneficiários;

(b) Prestando todos os meios materiais e logísticos para a realização da referida eleição;

(c) Promovendo o ato eleitoral, nos termos dos números seguintes e suportando as despesas gerais com a respetiva realização.

4. A eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP será feita com respeito pelos seguintes princípios:

- (a) A cada Participante e Beneficiário do Fundo corresponderá um voto;
  - (b) O voto será livre, pessoal e secreto.
5. O Associado promoverá o processo eleitoral no prazo de dez dias a contar da comunicação que para o efeito lhe for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo de Pensões.
  6. Têm capacidade eleitoral ativa todos os Participantes e Beneficiários do Fundo.
  7. O período eleitoral inicia-se com a marcação, devendo, a partir deste mesmo dia, o Associado manter à disposição dos eleitores a lista com todos os Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões.
  8. A marcação das eleições deverá ser comunicada, no âmbito da empresa, de modo a tornar público o ato eleitoral, designadamente o prazo e condições para apresentação de candidaturas, os serviços do Associado onde estas deverão ser apresentadas e o local, horário e meios da votação (que poderá ser por correspondência), bem como, o número de votos expressos necessários à validade da mesma. Os Beneficiários, por não serem trabalhadores no ativo do Associado, serão avisados por carta simples expedida para a sua morada.
  9. Cada candidatura deverá conter a identificação do candidato.
  10. O prazo para apresentação das candidaturas inicia-se no dia da publicitação do processo eleitoral, devendo aquelas ser apresentadas, por escrito e assinadas pelos candidatos, junto dos serviços do Associado que este vier a indicar, até ao décimo quinto dia posterior ao daquela publicitação.
  11. As candidaturas serão afixadas em lugar apropriado e anunciadas em meios de informação interna, de modo a serem conhecidas dos Participantes e Beneficiários.
  12. O quórum necessário para a validade dos resultados eleitorais corresponde à maioria dos Participantes e Beneficiários. Caso não se verifique quórum na primeira eleição, proceder-se-á à segunda eleição cujos resultados serão válidos independentemente do número de Participantes e Beneficiários que tiverem votado.
  13. O candidato que obtiver maior número de votos preenche o lugar de membro efetivo da CAPP e o candidato que obtiver um número de votos imediatamente a seguir preenche o lugar de suplente.
  14. Com respeito pelo previsto no presente documento, o Associado poderá fixar um regulamento eleitoral, cabendo-lhe ainda o poder de, em caso de dúvida ou omissão,

interpretar e preencher eventuais lacunas que possam suscitar-se no âmbito do regime de eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP.

15. Quando a designação dos representantes dos Participantes e Beneficiários não seja possível por ausência de candidatos, tal facto deverá ser comunicado por escrito pelo Associado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões num prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para apresentação das candidaturas, devendo então a Entidade Gestora, nos 5 (cinco) dias subsequentes, instar a Comissão de Trabalhadores do Associado a designar os representantes dos Participantes e Beneficiários do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da Entidade Gestora, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

#### **Artigo 4º – Regras de Funcionamento da CAPP**

1. O presidente da CAPP será nomeado pelo Associado de entre um dos representantes por si designados.
2. Cada membro da CAPP dispõe de um voto e o presidente terá voto de qualidade nas deliberações.
3. A CAPP reúne em reuniões ordinárias com periodicidade semestral, e sempre que for convocada pelo seu presidente, pelos outros dois membros, pelo Associado ou pela Entidade Gestora. A convocatória para as reuniões será realizada através de comunicação escrita ou eletrónica, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência, a qual deverá indicar o local, dia e hora da reunião e a respetiva ordem de trabalhos, com a indicação, quando seja o caso, dos documentos que se destinam a ser apreciados na reunião e do local em que os mesmos se encontram disponíveis.
4. A CAPP não pode deliberar sem que esteja presente ou representada ou participe por voto escrito a maioria dos seus membros e que um deles seja o representante dos Participantes e Beneficiários.
5. As deliberações da CAPP são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

6. De cada reunião da CAPP deve ser lavrada uma ata. Nas deliberações em que existam eventuais votos contra, estes devem ser registados em ata com a indicação da respetiva fundamentação. O presidente da CAPP pode designar um Secretário para o assessorar na preparação das reuniões, envio de comunicações e elaboração de minutas de atas.
7. A CAPP poderá elaborar um regulamento com as suas regras internas de funcionamento, que não deverá contrariar o disposto no presente documento.
8. A representação nas reuniões e votações só é permitida entre membros da CAPP em efetividade de funções.

#### Artigo 5º – Atividades da CAPP

##### 1. Dever de Diligência da CAPP

No exercício das suas funções, a CAPP deverá:

- (a) Atuar de boa fé e no interesse geral dos Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões;
- (b) Atuar com diligência e prudência na fiscalização da Política de Investimento do Fundo de Pensões, tendo especial atenção ao nível de risco envolvido e à diversificação das aplicações;
- (c) Obter aconselhamento de profissionais reputados nas áreas em que não disponha dos conhecimentos adequados.

##### 2. Funções gerais da CAPP

Compete à CAPP:

- (a) Verificar o cumprimento do Plano de Pensões do Associado e as disposições aplicáveis à gestão do fundo;
- (b) Verificar a implementação da Política de Investimento e o financiamento das responsabilidades dos Planos de Pensões;
- (c) Verificar o cumprimento dos deveres de informação aos Participantes e Beneficiários.

##### 3. Funções especiais da CAPP

Compete à CAPP emitir parecer prévio não vinculativo por escrito sobre:

- (a) Alterações relevantes ao Contrato Constitutivo do fundo;
- (b) Cessação ou alteração do(s) Contrato(s) de Gestão;

- (c) Transferência da gestão do Fundo de Pensões de uma entidade gestora para outra entidade gestora;
  - (d) Extinção do Fundo de Pensões;
  - (e) Pedidos de devolução ao Associado de excesso de financiamento;
  - (f) Propostas da entidade gestora para a nomeação do Atuário Responsável pelo Plano de Pensões e do Revisor Oficial de Contas do fundo.
4. Compete ainda à CAPP:
- (a) Elaborar propostas sobre as matérias referidas nos pontos anteriores;
  - (b) Solicitar à entidade gestora e à entidade depositária a documentação e informação considerada necessária para o exercício pleno das suas funções;
  - (c) Colaborar com o Associado e a Comissão de Trabalhadores na promoção e organização de eleições para os seus membros, quando necessário;
  - (d) Elaborar um Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas que será disponibilizado para consulta, quando solicitado, aos Participantes e Beneficiários.
5. A CAPP dispõe de um prazo de 10 dias úteis, ou de 20 dias úteis sempre que a complexidade das matérias a analisar o justificar, para a elaboração e votação dos pareceres referidos no número 3 do presente artigo. Caso este prazo não seja cumprido, considerar-se-á tacitamente que o parecer foi emitido e votado favoravelmente ao projeto ou pedido que lhe tiver sido submetido pelo Associado ou pela Entidade Gestora. Se a CAPP não exercer ou não estiver em condições de exercer, atempadamente as competências que lhe estão atribuídas, considera-se que o Associado e/ou a Entidade Gestora podem agir sem necessidade de a consultar ou em sua representação.
6. Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CAPP deverá informar os Participantes e Beneficiários, sempre que solicitado, sobre o Plano de Pensões e suas posteriores alterações, bem como facultar toda a informação necessária à efetiva compreensão do Plano e demais informação relativa à atividade da CAPP.



## **Artigo 6º - Informação e Confidencialidade**

1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior, a entidade gestora faculta anualmente à CAPP cópia do Relatório e Contas anuais do Fundo de Pensões, bem como dos relatórios do atuário responsável e do revisor oficial de contas elaborados no âmbito das respetivas funções.
2. Os membros da CAPP estão vinculados a um dever de sigilo e confidencialidade relativamente à atividade da CAPP e a todas as informações a que tenham acesso por causa e em função do exercício das suas funções, salvo se as mesmas já forem do conhecimento público e sem prejuízo da divulgação necessária ao exercício da atividade da CAPP ou em cumprimento de um dever legal ou de decisão judicial.

## **Artigo 7º - Despesas da CAPP**

1. As despesas inerentes à representação dos membros na CAPP são assumidas pelo Associado, exceto quando os representantes dos Participantes e Beneficiários resultarem de designação da Comissão de Trabalhadores, caso em que tais despesas serão assumidas pelas entidades a quem compete essa representação, nomeadamente, ao Associado e, à Comissão de Trabalhadores, relativamente aos membros pro cada uma designados.
2. As despesas de funcionamento da CAPP são suportadas nos termos que por ela forem estabelecidos.
3. De forma a poder exercer as suas funções de forma eficiente, a CAPP poderá recorrer a serviços de empresas especializadas nas matérias a analisar, sendo as despesas relativas a estes serviços assumidas nos termos estabelecidos pelos membros da comissão.
4. Nenhuma despesa poderá, contudo, ser imputada ao Fundo de Pensões.

## **Artigo 8º – Disposição Transitória**

No prazo de 20 dias, a contar da data em que o Plano de Pensões conte com mais de 100 (cem) membros (Participantes e/ou Beneficiários), a Entidade Gestora informará os

Participantes e Beneficiários das regras de designação e representação dos membros da CAPP e das funções, composição e regras e funcionamento dessa comissão e solicitará ao Associado para designar os respectivos representantes e promover a eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP, bem como para procederem à constituição desse órgão.

#### **Artigo 9º – Demais Legislação**

Em tudo o que não estiver fixado neste articulado aplicar-se-á a demais legislação em vigor sobre a CAPP.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

